



ICONOGRAFIA DA VIOLÊNCIA: CONSUMO E LEGITIMAÇÃO DO SOFRIMENTO

ICONOGRAPHY OF VIOLENCE: CONSUMPTION AND THE LEGITIMATION OF SUFFERING

ICONOGRAFÍA DE LA VIOLENCIA: EL CONSUMO Y LA LEGITIMACIÓN DEL SUFRIMIENTO

Bruno Henrique Souza de Jesus⁵⁰

Resumo: O presente artigo tem como objetivo investigar como o consumo de violência acarreta na legitimação de mortes e sofrimento na sociedade. O método empregado para realizar tal investigação foi a etnografia em mídias sociais, o trabalho de campo foi realizado durante três meses em grupos de Whatsapp que alimentavam páginas e jornais policiais do estado de Sergipe. O artigo é dividido em três partes: a primeira contextualiza a presente etnografia em um contexto maior que a mídia expôs a sociedade brasileira; a segunda aborda uma discussão teórica sobre a importância do luto para pensar a sociedade e sua relação com as imagens; e, a terceira discute o material empírico, dividido em subitens que refletem sobre a produção de corpos descartáveis, sobre linchamentos, violência do Estado e caça aos rostos expostos em imagens. Como resultado, foi possível observar que os discursos produzidos por esses grupos de consumo de violência se dividem em discursos de banalização da violência e estigmatização que atingem a certos estratos da sociedade (assim como o homem negro e outras populações periféricas) e, discursos de intervenção, que surgem pela excitação ao ver violência policial ou pedir para que os policiais realizem ações com mais violência.

Palavras-chave: consumo; violência; sofrimento; imagem; luto.

⁵⁰ Doutorando - PPGS/UFS. Email: brunohsj@academico.ufs.br



Abstract: The aim of this article is to investigate how the consumption of violence leads to the legitimization of deaths and suffering in society. The method used to carry out this research was ethnography in social networks, that is, the fieldwork was carried out for three months in WhatsApp groups that fed police pages and newspapers in the state of Sergipe. The article is divided into three parts: The first contextualizes this ethnography in a larger context than the average exposure to Brazilian society; The second deals with a theoretical discussion about the importance of mourning to think about society and its relationship with images; And the third discusses the empirical material, divided into subitems that reflect on the production of discarded bodies, on lynchings, state violence and hunting of faces exposed in images. As a result, it was possible to observe that the discourses produced by these violence consumption groups are divided into discourses of trivialization of violence and stigmatization that affect certain excluded groups from society (as well as black men and other peripheral populations) and intervention discourses that are moved when seeing police violence or asking the police to take more violent actions.

Keywords: consumption; violence; suffering; image; mourning.

Resumen: El objetivo de este artículo es investigar cómo el consumo de violencia conduce a la legitimación de las muertes y el sufrimiento en la sociedad. El método utilizado para la realización de esta investigación fue la etnografía en redes sociales, o sea, el trabajo de campo se realizó durante tres meses en grupos de Whatsapp que alimentaban páginas policiales y periódicos del estado de Sergipe. El artículo se divide en tres partes: la primera contextualiza esta etnografía en un contexto más amplio que la exposición promedio a la sociedad brasileña; El segundo trata de una discusión teórica sobre la importancia del duelo para pensar la sociedad y su relación con las imágenes; Y el tercero discute el material empírico, dividido en subítems que reflexionan sobre la producción de cuerpos desechados, sobre los linchamientos, la violencia estatal y la cacería de rostros expuestos en imágenes. Como resultado, fue posible observar que los discursos producidos por estos grupos de consumo de violencia se dividen en discursos de banalización de la violencia y estigmatización que afectan a ciertos excluidos de la sociedad (así como a hombres negros y otras poblaciones periféricas) y discursos de intervención que son conmovido al ver violencia policial o al pedirle a la policía que tome acciones más violentas.



Palabras-clave: consumo; violencia; sufrimiento; imagen; luto.

Introdução

O presente artigo é fruto da minha pesquisa monográfica sobre a legitimação do sofrimento e da violência através do consumo de imagens. Por três meses, participei de três grupos de Whatsapp que realizavam alimentação de páginas jornalísticas policiais do Instagram, cataloguei e analisei as mídias compartilhadas e as narrativas dos interlocutores que as consumiam. Para atingir os objetivos da presente pesquisa, foi utilizado o método de etnografia em mídias sociais (ZANINI, 2016). Além da realização de leituras e reflexão teórica, foram utilizados três procedimentos: a inserção no campo; a construção dos dados iconográficos; e, a análise das narrativas produzidas a partir do consumo de mídias.

Foram pesquisadas, no Instagram, páginas policiais de jornalismo amador que têm preferência por imagens violentas. Para encontrá-las, utilizei o descritor “notícia” digitado no mecanismo de busca do mesmo aplicativo. Foram encontradas duas páginas ligadas ao tema, que, prontamente segui. A partir do momento em que as segui, o algoritmo do Instagram recomendou mais seis páginas de conteúdo semelhante. Funciona como um *snowball* feito pelo algoritmo da rede social, o que resultou num total de oito páginas seguidas por quatro meses. Estas páginas, por sua vez, serviram de ligação para grupos de WhatsApp, onde o fluxo de compartilhamento de violência e de narrativas é bem maior.

O foco da pesquisa foram os grupos de WhatsApp, pois, me deparei com uma dificuldade no Instagram, algumas publicações eram excluídas pela própria rede social por conta de denúncias e violações dos termos dos usuários do Instagram. Não era possível capturar todas as narrativas que eram postadas através de comentários



nas publicações do Instagram, pois, quando eu iria conferir se havia mais comentários, muitas vezes a publicação era retirada do ar. Me concentrei somente em grupos que tratavam da Grande Aracaju para fazer uma análise mais aprofundada, podendo participar com mais atenção de seu cotidiano de mensagens, vale ressaltar que cada grupo tinha cerca de 300 membros.

O segundo procedimento, a construção dos dados iconográficos, foi realizado a partir de uma coleta das mídias dos grupos de WhatsApp (fotos e vídeos sobre casos de violência) em conjunto com suas legendas, um estudo comparativo que permitisse melhor interpretação do conteúdo a partir de uma análise qualitativa. Através desta etapa, foi analisada a exposição de corpos que sofreram ou praticaram violência e de quais rostos eram exibidos nas mídias sociais. O terceiro procedimento se caracterizou pelas análises de: a) narrativas produzidas a partir do consumo de mídias; b) análise das mídias postadas nos grupos do Whatsapp. Por questões éticas, todos os nomes presentes são fictícios e, nenhuma imagem que foi compartilhada nos grupos será exposta, pois, todas foram feitas sem autorização dos fotografados ou dos familiares dos mortos e torturados.

De acordo com Bauman (2008), o consumo tem grande relevância para pensar questões contemporâneas devido a sua abrangência e, por suas novas configurações, que estão além do ato de comprar. Os arranjos societários não são mais divididos em coisas a serem escolhidas e aqueles que as escolhem, a sociedade de consumo se caracteriza pelo embaçamento da divisão entre as categorias de mercadoria e consumidores, afetando a subjetividade do sujeito e concentrando-a num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável.

O principal motivo dos consumidores é a busca e engajamento por uma incessante atividade de consumo, para que se destaquem e produzam alteridade em relação aos demais indivíduos. Para Bauman (2008, p. 75), o consumo transcende a compra: “Consumir, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio”.



Através da leitura de Bauman (2008) e, da pesquisa empírica, foi possível perceber que vidas são consumidas em prol de um engajamento social e em forma de práticas de hierarquização, que afetam profundamente a subjetividade dos indivíduos.

Featherstone (1995) aponta que é necessário que a pesquisa sociológica focalize a compreensão do consumo além de uma demanda da produção material, pois, ele gira através de três perspectivas fundamentais: A primeira, que a cultura do consumo tem como premissa a expansão da produção de mercadorias e, tem como origem a acumulação material na forma de bens e locais de compra e consumo, ou seja, o consumo se materializa no espaço e cria diversos ambientes para que os indivíduos exerçam práticas consumistas. A segunda, caracterizada como estritamente sociológica, identifica o consumo como uma forma de criar vínculos e distinção, ou seja, criar fronteiras e identidades. A terceira, que adentra no campo dos afetos, o consumo afeta as emoções das pessoas, cria demandas através de manipulações.

A presente pesquisa partilha de uma concepção que liga partes das três perspectivas citadas por Featherstone (1995). A primeira perspectiva se mostra presente ao identificar espaços de sociabilidade que são criados justamente para o consumo de violência, estes são os grupos de WhatsApp, que servem para compartilhar mídias de corpos violentados e, para que haja discussões sobre tais práticas retratadas.

A segunda perspectiva foi identificada ao perceber que o consumo das imagens de corpos violentados implica em uma distinção entre nós e eles. O trabalho de campo mostrou como o consumo dessas imagens cria uma distinção entre grupos e está ligado a processos identitários (ENNES e MARCON, 2014), pois, as práticas aqui estudadas geram a banalização do sofrimento através de processos de estigmatização, que estão ligados à alteridade e à produção do outro. Dessa maneira, o consumo de imagens de violência incorporado aos corpos negros e periféricos implica em uma figuração (ELIAS, 2008), ou seja, existe um processo



interdependente de destituição do outro e uma afirmação de si que será explorada no decorrer do texto. O consumo da violência reforça o ideal de que vidas são descartáveis, que determinados corpos devem morrer e outras são legítimas e podem ter o direito à vida.

A terceira perspectiva também foi observada, pois, a presente pesquisa se enquadra na sociologia das emoções, busca-se, aqui, identificar como o luto social é afetado pelo consumo de violência e aborda questões acerca da dor e do sofrimento.

De acordo com autores como José de Souza Martins (2008) e Pontes (2014), além do consumo, a sociedade contemporânea também se caracteriza por ser imagética, a fotografia está cada vez mais presente no imaginário social, principalmente com o aumento do uso das redes sociais, televisão e disseminação do jornalismo via internet. O consumo de imagens vem se tornando cada vez mais propício e incentivado, produzindo diversos discursos, ainda mais com o advento das redes sociais, que tem sido capaz de gerar um consumo massivo de informações e imagens. Aqui estão incluídas, claro, as imagens violentas. Levando em consideração os apontamentos aqui levantados, pode-se afirmar que as imagens e os vídeos que chegam às pessoas, muitas vezes, têm o intuito de criar consumidores, acatando interesses do grande capital e naturalizando os modos de dominação sistêmicos. A violência não está isenta desse processo, autores como Porto (2002) e Koury (2004) afirmam que a violência é entretenimento no Brasil, os jornais a transformam em mercadoria, pois, cada minuto assistido ou cada acesso em matéria de jornal gera um valor monetário.

A partir das reflexões teóricas e do contato com o campo, a questão central que guiou a presente pesquisa é: Como o consumo de imagens de corpos violentados expostos em mídias sociais legitima mortes e sofrimento? Buscando responder tal pergunta, o presente artigo é constituído por três partes: 1) *Representações da Mídia Brasileira Sobre Violência*, parte em que é ilustrado como o caso empírico do presente artigo se enquadra em um processo histórico de exposição seriada de



violência, que a mídia brasileira realiza ao longo dos anos; 2) *O Poder do Luto*, uma discussão teórica sobre como o consumo de imagens de sofrimento estrutura a subjetividade dos consumidores e naturaliza determinadas mortes através da manipulação do luto; 3) *Dados Iconográficos*, análise e reflexão sobre os dados empíricos (imagens e narrativas) dos grupos de WhatsApp estudados e sobre o processo de geração de corpos descartáveis, produção de narrativas sobre policiais, sobre linchamentos e fotografias de rostos.

1. Representações da Mídia Brasileira sobre Violência

A importância de pensar a violência sendo representada na mídia é pelo caráter de estruturação social que a mídia apresenta. A mídia produz um efeito catalisador, fazendo com que discursos acerca da violência, que já estão presentes em diversas esferas sociais, sejam intensificados no cotidiano brasileiro e produzam efeitos diversos no imaginário social.

Para Bourdieu (1997), o campo jornalístico foi criado com o surgimento de dois aspectos diferentes de noticiar, o jornalismo sensacionalista, que contém uma maior espetacularização das notícias e com mais opinião, e, o jornalismo mais objetivo, em que os jornalistas não colocam suas opiniões de modo direto e não fazem uma glamourização das notícias.

Com a lógica de capital introduzindo-se em diversos campos da sociedade, pode-se observar que os meios de comunicação - o jornalismo por conta do seu poder de influência - foram contaminados por essa lógica através da publicidade. O mercado usa a publicidade para influenciar o consumo e estruturar a opinião pública, com o desenvolvimento do capitalismo, a publicidade fundiu-se cada vez mais com o jornalismo. Essa contaminação fez com que o modelo sensacionalista ganhasse cada vez mais espaço, pois, assim, se vende mais (BOURDIEU, 1997). Com os processos de digitalização, neoliberalização e disseminação dos smartphones, o



jornalismo perdeu a confiança e deixou de ser o principal meio informacional das pessoas.

De acordo com Castells (2008), a influência do capitalismo faz com que as informações se transformem em produto, pois, elas adquirem características que comumente são ligadas a processos industriais, assim como a necessidade de uma relação econômica interdependente entre produto e consumidor. No arranjo social neoliberal, a informação perde a função de gerir e garantir condições de cidadania a todos e produzir indivíduos com um maior grau de autonomia e questionamento, ela passa a ter um valor monetário e se transforma em mercadoria.

Porto (2002) aponta que, com tamanhas transformações na sociedade:

Novos processos de produção do conhecimento revolucionam os processos de difusão da informação, podendo “criar” um mundo virtual que convive em graus diferenciados de tensão/integração com o mundo real, transformando de modo radical o sentido que venha ser a experiência. Os meios eletrônicos, ao mesmo tempo em que possibilitam a quase simultaneidade entre acontecimento e informação (o mundo é aqui e agora, em tempo real) “pouparam os indivíduos, intermediando vários de seus contatos com o mundo, protagonizando a potencialização do “encolhimento do mundo”. Em certo sentido, seria o mundo virtual construindo o ‘real’ (PORTO, 2002, p. 163).

No entanto, existe um outro aspecto importante a relatar:

O outro lado desta mesma moeda transforma o real em espetáculo produzido pelos meios de massa. É o que ocorre, por exemplo, com o fenômeno da violência, transformado em produto, com amplo poder de venda no mercado de informação, e em objeto de consumo, fazendo com que a “realidade” da violência passe a fazer parte do dia-a-dia, mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente enquanto experiência de um processo vivido (PORTO, 2002, p. 163).



As considerações feitas anteriormente servem para contextualizar sobre o poder estrutural da mídia e mostrar como o universo microssociológico da presente pesquisa empírica está ligado com mudanças históricas e dinâmicas do âmbito macrossociológico. Agora, parto para a contextualização utilizando casos concretos de grande repercussão que ocorreram na mídia brasileira, tal percurso serve para mostrar como o Brasil tem um histórico de glamourização e consumo da violência em âmbito nacional. Os presentes casos foram escolhidos por conta da sua repercussão e por aparecerem de maneira seriada.

O primeiro caso, o sequestro do ônibus 174, aconteceu no dia 12 de junho de 2000, no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro. Sandro Barbosa do Nascimento sequestrou um ônibus e fez os passageiros de reféns, o fenômeno durou 4 horas e foi transmitido pela televisão ao vivo para todo o país. Sandro utilizou as câmeras para fazer ameaças performáticas gritando e colocando a cabeça para fora da janela, também utilizou da cobertura da mídia para escrever frases com batom nas janelas. Toda aquela movimentação aumentou ainda mais a tensão das pessoas que estavam no local e das que estavam consumindo a violência em suas casas. Quando o sequestrador saiu do ônibus com uma mulher sendo usada de escudo humano, um policial se aproximou e disparou duas vezes, ocasionando na morte da refém, e Sandro, por sua vez, morreu asfixiado por policiais a caminho da delegacia. A cobertura excessiva da mídia aumentou o estresse e a pressão gerada pelo sequestro, transformando o caso em um grande desastre.

O segundo caso, Rachel Maria, uma menina de 9 anos, teve seu corpo encontrado com sinais de estrangulamento e violência sexual dentro de uma mala na rodoviária de Curitiba. O caso ficou sendo exibido várias semanas na televisão, e foi possível encontrar uma matéria do ano passado em que a mãe da vítima é levada à rodoviária. A mídia focava em passar cada detalhe descoberto sobre o crime, criou-



se uma narrativa para gerar um interesse ainda maior da população, fazendo com que se parecesse com seriados policiais e de investigação.

O terceiro caso, Suzane von Richthofen, aconteceu em 2002, em São Paulo. Suzane mantinha um relacionamento que seus pais eram contrários, com esse impedimento ela decidiu, com o companheiro, forjar um latrocínio, para que conseguisse ficar o namorado e receber o dinheiro da herança. Suzane deixou a porta da mansão aberta, e seu ex-companheiro e o ex-cunhado entraram na residência e mataram o casal. O caso foi passado diversas vezes na mídia, tentavam vender a imagem de Suzane como uma psicopata intrigante para o público. Diversas pessoas envolvidas no caso ou com algum parentesco com os mesmos foram entrevistadas, inclusive a própria Suzane foi entrevistada anos depois. O consumo desse caso foi tanto que rendeu a escrita de dois livros e dois filmes foram gravados quase vinte anos depois, transformando toda a tragédia em dinheiro.

O quarto caso, Isabella Nardoni, aconteceu em 2008, em São Paulo, o corpo da menina foi encontrado no seu condomínio. Após uma investigação, foi constatado que ela foi atirada da janela pelo pai e a madrasta foi cúmplice. Em depoimento, Alexandre Nardoni, pai, disse que o prédio foi assaltado e que ela foi jogada por outros criminosos. O caso foi amplamente noticiado e até a reconstituição da cena do crime foi transmitida ao vivo por uma das maiores emissoras de televisão do Brasil ao vivo. O quinto caso, O Sequestro de Eloá Cristina, aconteceu em 2008 em Santo André, seu ex-namorado invadiu o apartamento em que ela estava com amigos. O sequestro foi o mais longo do estado de São Paulo e foi transmitido ao vivo pela mídia. Uma apresentadora entrevistou o sequestrador enquanto as negociações aconteciam, podendo atrapalhá-las. A polícia arrombou a porta e o sequestrador matou Eloá e atirou na amiga que estava com ela, todo o ocorrido sendo filmado e transmitido de forma ao vivo.

O sexto caso, O Sequestro Na Ponte Rio-Niterói, aconteceu em 2019, na Ponte Rio-Niterói. Um homem sequestrou um ônibus, o sequestro teve uma duração de 3



horas, foi de 6h da manhã até às 9h, com a morte do sequestrador por um atirador do BOPE. Assim como no caso do ônibus 174, foi pedido batom para escrever na janela e, segundo relatos de pessoas que eram mantidas como reféns, o sequestrador não era violento e falava que não ia machucar ninguém, ele só queria “parar o Estado” e citava o caso do ônibus 174. O caso foi filmado ao vivo. Os relatos aqui trazidos mostram o grande poder de influência da mídia até para outros atos semelhantes, pois, um sequestro que foi exibido serviu de inspiração para outro, a influência não atinge apenas o inconsciente coletivo, mas, também, as ações afins dos indivíduos.

2. O Poder do Luto

Após contextualizar como a mídia brasileira expôs a sociedade a casos de violência com grande espetacularização e exibição de maneira seriada, se faz necessário fundamentar como os efeitos de estruturação da subjetividade do consumo de violência e sofrimento geram uma “ambientação emocional”, classificando e hierarquizando vidas através da percepção e sensibilidade do luto.

Antes de iniciar a discussão, é importante ressaltar que a sociedade contemporânea passou por mudanças, principalmente depois da disseminação das redes sociais, o consumo de imagens aumentou em frequência e quantidade, vivemos em uma sociedade onde as pessoas estão sempre em contato com a notícia e com o outro através dos seus smartphones, ou seja, o consumo de imagens e informações está intensificado como nunca antes visto (PONTES, 2014).

Diante de uma sociedade que está repleta do consumo de imagens violentas, se faz pertinente levantar as reflexões de Sontag (2000), de que as fotografias ensinam novos códigos visuais, modificam e ampliam o que vale a pena ser observado e o que temos o direito de olhar, constituindo uma ética e uma moral visuais. A fotografia não pode ser vista só como o objeto fotografado, deve-se levar



em conta o contexto, principalmente, se estiver impressa ou em um jornal, devido ao modo como a matéria é formada. Ou seja, quando as imagens de violência são repetidas, acontece uma naturalização do que é incorporado àqueles corpos que sempre estão nas matérias de jornais.

A mídia realiza uma mercantilização do sofrimento, como acontece nos casos anteriormente citados, nos filmes, novelas e diversos programas policiais. Pois, como afirma Koury (2004, p. 136), “O sofrimento social tornou-se uma mercadoria de grande procura no mercado midiático e de políticas públicas internacionais”, mesmo quando o fotógrafo não tem uma intenção comercial, a imagem é usada para tal finalidade.

Koury (2004) também aponta que a imagem serve para transmitir uma emoção ou lição moral para quem está distante e não pode vivenciar o fenômeno social, que é distorcida por quem domina aquele campo e com a visão das instituições:

(...) a cultura popular se apropria e é estimulada a se apossar de imagens que traduzem o sofrimento social no mundo e que, nesse contexto, se tornam mercadorias. Alvos de retóricas e de representações discursivas e culturais, essas imagens são como restos pouco densos e distorcidos de uma experiência social que se passou distante dos sujeitos que a vêem. Representações culturais veiculadas por meio de imagens traumáticas, tornadas objetos temáticos, hierarquizados e estigmatizados, geralmente sob a égide protetora e intervencionista de uma moral social dominante e suas instituições (KOURY, 2004, p. 136).

Koury (2004) aponta que as imagens de sofrimento e violência, ao serem transformadas em mercadoria e disseminadas implicam em discursos intervencionistas, banalização e estigmatização do sofrimento social. Em consonância com os dados empíricos da presente pesquisa, Koury (2004) aponta que a espetacularização da violência atinge segmentos específicos da população,



que, geralmente são pessoas de zonas periféricas e indivíduos que cometeram crimes.

Judith Butler, em *Vida Precária: Os Poderes do Luto e da Violência* (2019), levanta uma discussão sobre a hipótese do poder a ser exercida através de fotografias de sofrimento e de rostos, manipulações do luto vivido por uma sociedade e o processo de precarização da vida. Butler relata o caso de uma fotografia que estampou a primeira página do *The New York Times*, nela, são focados rostos de mulheres afegãs, que estavam à mostra porque foram retiradas as burcas. Para ela, a foto representou uma ideia de superação do islamismo pelo imperialismo estadunidense, a foto daqueles poucos rostos trocou a representação do luto por vidas de civis afegãs perdidas e precariedade de corpos por um agradecimento ao exército dos Estados Unidos e suas mortes promovidas no Afeganistão, impossibilitando uma comoção por parte da população norte-americana.

Tal exemplo é importante para a tessitura desta pesquisa, pois, é reflexão pertinente para analisar como o luto pode ser um processo coletivo. Em diversos momentos históricos, há possibilidade de substituição do luto por outras emoções, que, muitas vezes, estão vinculadas a fotografias dentro do imaginário social, onde os rostos têm forte poder de influência.

Butler (2015) aponta que o consumo e a interpretação fotográfica perpassam por uma subjetividade que também é objetivada, ou seja, existe uma estruturação:

(...) a interpretação não deve ser concebida restritivamente nos termos de um ato subjetivo. Na realidade, a interpretação acontece em virtude dos condicionamentos estruturadores de estilo e forma sobre a comunicabilidade do sentimento, e assim, algumas vezes, acontece contra a nossa vontade, ou mesmo a despeito dela. Por conseguinte, não se trata apenas de o fotógrafo e/ou o espectador ativar deliberadamente interpretarem, mas de a própria fotografia se converter em uma cena estruturadora da interpretação, que pode perturbar tanto o realizador quanto o espectador (BUTLER, 2015; p. 105).



A fotografia através das mídias atua como uma estruturação da opinião pública, da subjetividade e das emoções compartilhadas socialmente, como o exemplo já dado sobre rostos. De modo bastante perspicaz, Butler (2019) liga a discussão sobre fotografia de sofrimento ao luto, a autora aponta que não se sabe ao certo quando um luto termina ou como fazer com que ele seja bem-sucedido, ela afirma que o luto, na verdade, é uma transformação em que não se sabe o que resultará antecipadamente. A complexidade existe porque a perda não acontece só do ente que se foi ou do lugar, mas, existe uma melancolia por trás da perda, uma dimensão enigmática que comumente é interpretada como algo temporário.

No entanto, essa perda de laços implica justamente em quem somos, pois o “você” implica no “eu”, Butler (2019) afirma que esses pronomes são usados porque não há um vocabulário para definir, mas, se pode considerar como um laço estabelecido em uma relacionalidade constituída não exclusivamente do “eu” e nem exclusivamente do “você”, mas concebido a partir da diferenciação de ambos e de suas relações. Ou seja, uma sociologia que se preocupa com o luto é uma sociologia que se preocupa com a interdependência.

O luto, por ser algo bastante subjetivo e se caracterizar por um estado de solidão - ou solidão- e isolamento, normalmente é compreendido como um aspecto individual, no entanto, existe uma força política por trás do luto que é responsável por fornecer um senso de comunidade - e, na falta de luto, existe a produção de quais corpos têm a sua morte desejada:

(...) o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética. Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o “nós” é atravessado por uma relacionalidade que não podemos facilmente argumentar contra; ou melhor, podemos argumentar contra, mas estaríamos negando algo



fundamental sobre as condições sociais da nossa própria formação (BUTLER, 2019, p. 2019).

A falta de sensibilidade do luto pode ser uma arma política para desqualificar quem é o nós, definir quais corpos são abjetos, quais vidas são precárias e quem pode ser chamado de o povo. Pois, o nós implica em uma inclusão apenas de vidas desejáveis, no entanto, como Butler (2018) afirma em *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia*, a inclusão implica em uma exclusão, pois, para que algo seja incluído, ele precisa necessariamente estar excluído. Tal prática perpassa por uma batalha por reconhecimento, e, no caso da presente pesquisa, implicará quais são as vidas que importam.

Butler (2019) entra em defesa da vulnerabilidade comum, alguns corpos são mais vulneráveis que outros, desse modo, certas vidas provocam mais luto que outras. Butler (2019) não pretende tratar todos a pé de igualdade com o conceito de humano, mas tratar de uma vulnerabilidade comum, referente ao luto, da importância da vida e da produção de mortes que causem sensibilidade e reflexão à sociedade e aos consumidores, ao invés de serem naturalizadas e, por vezes, desejadas.

E por que a imagem, além da escrita, é tão importante para o luto social? Sontag (2003) afirma que a imagem possui uma autoridade maior que a narrativa escrita ou oral, até porque a imagem tende a influenciar mais as pessoas sobre o que é real do que a narrativa, pois, a imagem pode até ser usada de prova – vide o ditado “uma imagem fala mais que mil palavras” e, como as imagens são usadas nos tribunais - por tal motivo, é importante analisar as imagens consumidas nas mídias sociais.

Sontag (2003) chama de “consciência política” aquilo que orienta o fotógrafo a produzir uma fotografia condescendente, no entanto, como Butler (2015) aponta, até o enquadramento da imagem está carregado de um valor ético/moral e afetará



a subjetividade do consumidor, transcendendo a necessidade de legendas, levantada por Sontag (2003):

Não precisamos de uma legenda ou de uma narrativa para compreendermos que um contexto político está sendo explicitamente formulado e renovado através do e pelo enquadramento, que o enquadramento funciona não apenas como uma fronteira para a imagem, mas também estrutura a imagem em si. Se a imagem, por sua vez, estrutura a maneira pela qual registramos a realidade, então ela está associada à cena interpretativa na qual operamos. A questão da fotografia de guerra, portanto, não concerne apenas ao que ela mostra, mas também como mostra o que mostra (BUTLER, 2015, p. 110).

A manipulação desse luto pode acontecer pela banalização da violência, pois, como afirmam Butler (2015) e Sontag (2003), a mídia costuma banalizar as mortes com o excesso de exibição, há uma naturalização do extermínio de vidas precárias e o consumo dessa informação faz parte do cotidiano das pessoas, outras emoções são cristalizadas, fazendo com que não haja um *devoir* de mudança na sociedade, criando a naturalização das mortes e do sofrimento.

3. Dados Iconográficos

3.1. Corpos Descartáveis

O que proponho, aqui, é mostrar que o consumo de imagens de corpos que sofreram violência implica em uma produção de estigmas. Para a análise, é pertinente o conceito de *Identidade Virtual*, de Goffman (2008), ele se caracteriza como:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável -



num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída (GOFFMAN, 2008, p.6).

Na presente pesquisa, o “bandido” é o caso extremo que Goffman (2008) menciona. A *identidade virtual* e o *estigma*, para Elias (2000) e Goffman (2008) fazem com que o indivíduo seja afastado da vida social e deteriore o que Goffman chama de *Identidade Real*. Em consonância com o processo de sujeição criminal (MISSE, 2010)⁵¹, a sociedade acredita que tais indivíduos estigmatizados são essencialmente ruins, sua subjetividade é corrompida e não há um jeito deles se purificarem. O trabalho de campo mostrou que essa estigmatização expande para diversos indivíduos, até mesmo os que não cometem crimes. Pois, quando um indivíduo é percebido como “bandido” a sociedade passa a desejar que ele seja violentado antes de haver um julgamento ou uma prova de que ele cometeu uma prática criminal, o consumo da violência serve como prática legitimadora da morte.

O processo de estigmatização e banalização da violência foi visto a partir do consumo da violência no WhatsApp, o trabalho de campo mostrou como a violência tem o viés identitário. Pois, a violência implica em uma dominação do outro, e como Cuche (2002) afirma, nas disputas sociais, as práticas (e, dentro dessas práticas, estão o consumo e a violência) dos agentes não acontecem apenas de maneira tangível, são construídas relações no âmbito do simbólico que acarretam em classificações, hierarquizações e significações nas relações sociais.

Através da etnografia virtual, foi possível observar como existe uma criação imagética de pessoas que devem morrer e como corpos transmitem discursos ao

⁵¹ Para Misse (2010, p. 21), a sociedade percebe que: “Se trata de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas, que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irreversível, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável.”



estarem em determinadas situações. Pois, como já foi afirmado quando citei Koury (2004), a exposição da violência atinge determinados segmentos da população, o trabalho de campo mostrou que a produção imagética era de corpos negros, precários e que carregavam marcadores identitários que não eram de uma elite econômica, mas de cultura periférica. Na maioria dos casos, os marcadores identitários incrustados nos corpos eram o gênero masculino, a pele negra - a epiderme em uma sociedade marcada pelo racismo é um dos órgãos mais profundos - e roupas surradas.

O primeiro caso levantado é o de um vídeo compartilhado no grupo Aracaju Notícias, quem compartilhou o vídeo não colocou legenda, no entanto, o próprio possui uma legenda cravada na imagem escrita: "Roubou Uber?". O vídeo era de uma pessoa negra, magra, amarrada e sem camisa sendo torturada por outras três pessoas que batiam diversas vezes com um pedaço de pau em suas costas. Mesmo sem qualquer prova de um crime, os consumidores do vídeo passaram a aceitar que o indivíduo era um "bandido" e por ser "bandido" tinha que morrer. Inclusive, acharam a tortura branda:

Lucas: Bem feito

Guilherme: Foi pouco

Guilherme: Um cara q rouba um pai de família no mínimo tem que perder um braço ou uma perna

Guilherme: Até ficar impossibilitado de cometer crimes

Guilherme: Quando n tiver nenhum membro do corpo

Jadson: Foi pouco tinha que bate mas

Gabriel: E mesmo pra não roubar mais

Pedro: Foi pouco mesmo. Nem sangue desceu

Samuel: No mínimo um dedo

Samuel: Arrancado



(Grupo de WhatsApp Agora Notícias, 2020)

A violência serve como uma prática estigmatizadora. Em contraste com esse caso, pode-se citar o compartilhamento no grupo Agora Notícias do vídeo de uma mulher que pisa em um cachorro enquanto ele chora. Os relatos afirmavam que a mulher deveria morrer, Guilherme, o interlocutor citado no parágrafo anterior, disse que aquele tipo de violência estragou o dia dele.

Utilizei o exemplo do cachorro sendo torturado, pois, vivemos em uma sociedade em que a vida humana é tratada como mais especial que a de outros animais (vide o consumo de carne e teste de produtos na indústria farmacêutica). Portanto, o mesmo interlocutor comemora a morte de um corpo estigmatizado como “bandido” e sente um horror ao ver um cachorro sendo pisoteado, mostra não só uma desumanização do “bandido”, mas um profundo desejo por sua morte.

Os grupos consumiam um alto número de corpos que foram alvejados, torturados pela polícia e por grupos de pessoas, mortes de policiais, mortes de cidadãos e confrontos armados. Pôde-se observar que os casos que geraram revolta ou insatisfação eram imagens de práticas violentas incorporadas a crianças (como no caso de um vídeo e fotos de uma criança que foi espancada) mulheres, policiais e alguns homens não brancos quando estavam com vestimentas novas (pois, eram associados a trabalhadores), de “bandidos” violentando o “cidadão comum” e animais domésticos. No entanto, quando a violência era incorporada a um corpo que correspondesse ao imaginário social como “bandido” (pele negra, magro, roupas surradas e/ou possuir tatuagens, essas características não são determinantes, mas, as pessoas não questionavam ou demonstravam qualquer posição contrária quando o indivíduo apresentava esse corpo do imaginário social), a violência era legitimada e comemorada.



Não só a violência tem uma carga identitária, mas, o consumo também. A violência implica em uma dominação de um indivíduo ao outro, sempre com uma carga simbólica. Quando a violência é sistêmica e não é um caso isolado, cria-se uma produção de corpos descartáveis, tais corpos são receptáculos de identidades que perdem na luta simbólica e não são reconhecidos como humanos.

Como já dito anteriormente, a mídia brasileira tem um histórico de se aproveitar da violência para fazer diversas reportagens, esse tipo de histórico estrutura o imaginário social brasileiro, fazendo com que corpos fotografados e filmados não sirvam apenas para uma naturalização da morte violenta, mas, também a uma espetacularização, uma comemoração que se assemelha quando pessoas eram jogadas aos leões em Roma.

A mídia, ao fazer a sociedade realizar um consumo da violência, propicia que espaços para agentes se organizem e produzam ambientes de sociabilidade com a finalidade de consumir violência e reproduzir as estigmatizações e hierarquizações que já eram produzidas, mas com discursos mais radicais e explícitos.

O consumo e compartilhamento da violência serve como uma produção do outro, pois, como é dito por Woodward (2000, p.18), “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído.”. Quando imagens de violência são compartilhadas, elas sempre têm o corpo como elemento fundamental, pois, como é abordado por Butler (2015), a violência só é possível porque é incorporada a um corpo, e, aquele corpo representa determinado estrato da sociedade que o sistema capitalista extermina.

Todavia, quando um indivíduo que possui marcadores sociais de pessoas pobres e, em situação periférica, é filmado ou fotografado praticando um ato violento ou sendo punido e a mídia gera uma circularidade nesses grupos mencionados, acontece uma cristalização da identidade de bandido nesses corpos.



Ou seja, o consumo da violência justifica a mesma, pois, tal prática, dentro desse contexto, produz corpos que merecem sofrer (bandidos) para que outros corpos se legitimem como essencialmente bons (consumidores).

Com a autonomia que as redes sociais dão aos consumidores, os próprios usuários constroem seus espaços de consumo e afirmação de si. Antes, a exposição da sociedade da violência era centralizada pela mídia tradicional, hoje, os agentes se organizam para poder consumir em diversos microcosmos diferentes, tal fenômeno não só é reflexo de uma maior individualização da sociedade, mas, também, como o consumo da violência atinge um caráter identitário e separa indivíduos “puros” de “contaminados”.

3.2. A Justiça Paralela

Como apontado por Martins (2015), os linchamentos vêm ganhando cada vez mais notoriedade na sociedade brasileira, apesar de não ser uma novidade, o número de casos cresceu bastante nas últimas décadas. Dois grandes motivos identificados por Martins (2015) para tais linchamentos terem ocorrido são os político-ideológicos e os raciais.

Apesar desses dois motivos possuírem grande relevância social e sociológica, opto por analisar os linchamentos contra indivíduos que foram sujeitados como “bandidos”. O processo de sujeição criminal (MISSE, 2010) faz com que a sociedade considere que a subjetividade do bandido foi corrompida por completo e de modo permanente, por isso, eles devem ser eliminados. Além do apelo que existia no grupo para que os policiais matassem tais sujeitos, a população, por uma sede de morte, também exaltava linchamentos e acreditava que qualquer modo de eliminação era legítimo.



No trabalho de campo, pude observar três casos, o primeiro, foi o caso de estupro que já foi mencionado aqui - o que me motivou a analisar os grupos de WhatsApp. Nesse primeiro caso, relataram o desejo de ser a pessoa que estava filmando o ocorrido, pois iriam agredir o sujeito e matá-lo. Logo após, houve um relato de que o mesmo foi visto rondando em um povoado do município de Nossa Senhora do Socorro (SE) e, que pessoas o afugentaram ao tentar linchá-lo, houve uma série de reações em todos os três grupos, elas esboçam um desejo dele ser capturado, torturado e morto - dois indivíduos expressam o desejo de realizar com as próprias mãos.

No decorrer do trabalho de campo, apareceram mais dois casos. O primeiro, foi o de uma pessoa que era espancada a socos e pontapés, mais uma vez, acusada de estupro. Esse caso repercutiu no Informativo IP e no Agora Notícias, depois que foi recebida a notícia de que a pessoa era inocente, ninguém se manifestou nos grupos. Alguns dias depois, no Agora Notícias, foi postada uma notícia de um homem que estuprou a sobrinha, logo após, postaram uma imagem do mesmo ensanguentado e com marcas pretas, como se fosse carbonizado. No grupo, houve muitos relatos apoiando a prática com o homem que estuprou. Também foram observados comentários reacionários a partir dessa postagem, falando que a esquerda e os direitos humanos pregam incesto e defendem que estupradores são vítimas da sociedade. Se faz necessário salientar que nenhuma prova foi exposta no grupo de que o homem realmente estuprou alguém, a violência e a revolta da população bastaram para que o homem fosse condenado por outros.

No grupo Agora Notícias, foi compartilhado um vídeo de dois indivíduos cortando três dedos do sujeito para marcá-lo como “bandido” e ensinar uma lição para não roubar naquela área. O caso mencionado no tópico anterior (o do homem que foi torturado) pode ser visto como uma tentativa de vingança sem uma grande articulação de indivíduos para passar uma lição do que é moralmente errado, mas, esse mostra uma organização tirando o grande monopólio da violência do Estado e



sendo legitimada enquanto organização por parte da sociedade. O que é pertinente nesse caso, além do aspecto geral de todo o tópico, é que são indivíduos organizados que passam por uma sujeição criminal e incorporam em outros sujeitos o estigma de “bandido” através de uma marcação no corpo. Outro caso pertinente é o de um homem que agrediu a ex companheira em Aracaju, ele foi gravado desferindo vários socos no rosto dela, dias depois um dos alimentadores do Agora Notícias enviou uma mensagem com uma foto do rosto do homem com a seguinte legenda: “Tá aí galera, marcou um rosto e teve um rosto marcado”. Nesse caso, é pertinente observar a relevância do processo de significação do rosto e como ele tem uma alta carga simbólica. A fotografia e a mensagem mostram como a vingança foi incorporada intencionalmente no rosto.

Em consonância com a perspectiva de Michel Misse (2010) sobre sujeição criminal, Martins (1996) aponta que o linchamento se caracteriza por um processo de desumanização do sujeito, essa desumanização acontece através da incorporação de rituais de exclusão:

Essas práticas indicam que estamos em face de rituais de exclusão ou desincorporação e dessocialização de pessoas que, pelo crime cometido, revelaram-se incompatíveis com o gênero humano, como se tivessem exposto, por meio dele, que nelas prevalece a condição de não-humanas. As mutilações e queimas de corpos praticadas nesses casos são desfigurações que reduzem o corpo da vítima a um corpo destituído de características propriamente humanas. São, portanto, rituais de desumanização daqueles cuja conduta é socialmente imprópria (MARTINS, 1996, p. 20).

Para analisar os casos, também é pertinente o conceito de *Microfísica do poder* (FOUCAULT, 2009), que é central na teoria foucaultiana, ele se refere a relações de poder que cercam os indivíduos e são estabelecidas de maneira desigual em diferentes relações graças a seus pontos de apoio. Esse poder não emana dos indivíduos, pois possui caráter totalmente relacional, já que, para Foucault (2009),



estar em relação social é manter poder, e possui caráter rizomático, ou seja, tende a multiplicar-se, fazendo com que o poder se perpetue de diferentes formas. Existe uma naturalização e vontade de incorporar a violência ao sujeito mesmo sem haver uma prova do ato criminoso, a vontade é transpassada de modo rizomático através do consumo.

Também é importante levantar o conceito de *disciplina*, que é a relação de poder direcionada ao corpo a fim de discipliná-lo para docilizar o indivíduo. O biopoder é gerado por mecanismos de controle e busca uma espetacularização da violência devido ao seu valor simbólico, pois a dominação do corpo implica em uma dominação da vida e aplica um padrão de conduta certa a partir do ideal lição social (FOUCAULT, 2009).

Para Foucault (2009), a violência é espetacularizada para apontar o que não deve ser feito, para causar medo e manter a ordem social. Dito isto, é possível notar que o suplício ainda é presente na sociedade brasileira, as imagens e as narrativas mostram uma necessidade de marcação dos corpos. No entanto, o suplício não é regido pelo Estado, mas, pela sociedade civil. Os casos mostram como o sofrimento e a marcação corporal são importantes nas penas da justiça paralela, também é mostrado que, quanto pior o crime, maior será a dor e o sofrimento - vide os casos de quem comete estupro ou é acusado -, os grupos de WhatsApp funcionam para uma propagação maior das lições e para gerir o desejo de justiça paralela através do controle de corpos.

3.3. Os Policiais

Neste tópico, abordo um tema que foi recorrente em todos os três grupos, mas era bem mais recorrente do Informativo IP. Todos os grupos tinham postagens de abordagens e de violência policial, e, em todos eram valorizados, os casos de abuso de poder sempre eram vistos como chistes ou heroicos. Os policiais nos



grupos são tratados entre três extremos: como vítimas, como heróis e como humoristas. Para discutir a primeira imagem, a de vítimas, trago dois casos emblemáticos e que geraram grandes reações, ambos aconteceram no Agora Notícias.

São dois casos de policiais à paisana que foram assaltados e mortos quando os indivíduos souberam que eles eram policiais. As fotografias e vídeos eram montados com um tom dramático para que os consumidores se sensibilizassem e as mortes dos policiais eram utilizadas para justificar as diversas mortes causadas pela polícia. Os interlocutores criavam narrativas ao consumirem as mídias, apontando que era culpa dos direitos humanos e da esquerda, que não deixavam os policiais matarem os “bandidos” e, por isso, eles morriam cada vez mais, sendo vítimas de uma legislação e de movimentos políticos de esquerda.

A segunda imagem, a de heróis, era construída nas filmagens e fotografias e abordagens policiais em todos os grupos. No grupo Informativo IP e SAnews, eram postadas apreensões dos policiais com as insígnias dos pelotões ao lado, as apreensões de armas e drogas ao lado de códigos e insígnias para se autorreferenciar se transfiguravam em troféus. Dentro da imagem do herói, também entra a imagem de justiceiro, quando são postados vídeos de policiais matando pessoas, os consumidores valorizam e afirmam que “bandidos” merecem morrer. Vale salientar que o estigma era colocado sobre aqueles corpos sem qualquer prova do ato criminoso, ou seja, a violência policial era sempre legítima, não havia qualquer questionamento sobre a truculência das abordagens e, aquela prática trazia uma certeza aos consumidores de que quem era violentado cometeu algum crime.

A terceira imagem, a de humoristas, são vídeos de policiais abusando da sua força para agredir indivíduos moralmente e fisicamente. Trago dois casos emblemáticos: no primeiro, policiais abordaram dois jovens que estavam usando maconha e fizeram um bater na cara do outro sucessivamente e, se caso não



fizessem isso, o policial bateria mais forte. No segundo, dois policiais abordaram um homem e uma mulher por receptação de carga roubada, ambos iriam para um motel e os policiais fizeram a mulher falar que ela era casada com um amigo do homem abordado e que iria traí-lo. Todo o constrangimento e a violência eram vistos como entretenimento e os consumidores reagiram com “kkkkkk⁵²”, justificando as abordagens com frases como “Tem que fazer isso mesmo”.

As reflexões sobre o luto junto à leitura de Judith Butler (2015) foram importantes para perceber que, através da construção da imagem dos policiais como vítimas da legislação, dos direitos humanos e dos movimentos de esquerda, cria-se um sentimento de luto por certas vidas em detrimento a outras, mas não é um reconhecimento de vulnerabilidade física comum. Ou seja, além do reconhecimento e justificativa para que policiais tirem a vida de corpos periféricos, tal prática é celebrada.

O sentimento de patriotismo e heroísmo criado à imagem do policial também implica em uma justificativa de mortes, pois, heróis costumam viver de êxitos e os patriotas sempre estão a serviço do povo e do país. Como Butler (2018) argumenta, “estar a serviço do povo” fornece uma camuflagem discursiva para que atuem com determinados fins políticos sem serem percebidos na ocultação do luto da sociedade por determinados corpos. Ou seja, pessoas mobilizam discursivamente quem é o povo, atribuindo esse título para si e celebrando a morte de pessoas que não são reconhecidas como povo.

Quanto aos chistes, eles são utilizados para sublimar o sofrimento e a dor, tais processos geram riso e humor. A violência policial se transforma em entretenimento para alienar os consumidores da dor envolvida nas abordagens, o riso e o humor substituem o sentimento de luto, são eliminados possíveis reflexões

⁵² Expressão que indica riso.



sobre a validade daquela dor que o outro sente e, também, qualquer sentimento de empatia.

3.4. A Caça aos Rostos

Com o passar dos anos após a invenção da fotografia, esta passou a ser utilizada pelos jornalistas, polícia e, pelo Estado, como maneira de identificação. Através da fotografia, passou a acontecer um controle maior do Estado e das pessoas acerca de crimes e registros afins, principalmente por fotografias dos rostos (LE BRETON, 2019). Apesar de ser uma parte tão pequena do corpo, o rosto é capaz de gerar muita discussão e, é a parte que é mais fácil para identificar o outro.

Antes de adentrar na discussão sobre a existência de um rosto na fotografia, gostaria de pontuar que a ausência dele também causa um impacto negativo. Como mencionei anteriormente, o rosto pode significar o reconhecimento de alguém e pode servir como um valor positivo, mas, aqui falo dos corpos abjetos, dos corpos que não têm reconhecimento, dos corpos que foram mortos e que sua morte não causou um luto na sociedade.

A ausência de rostos acontecia em corpos que eram alvejados, linchados e que passavam por processos que o desfiguravam. O compartilhamento e o consumo não eram baseados em uma empatia pelo outro ou por qualquer sentimento de sensibilidade, pelo contrário, o corpo não era visto como um indivíduo por ausência do rosto, acontecia um processo de desumanização e de perda de identificação.

O rosto também serviu para estigmatizar pessoas que eram procuradas, houve três casos no grupo Agora Notícias de pessoas enviando fotos de rostos de indivíduos que aplicaram estelionato, houve uma fotografia de rostos em todos os três grupos de um casal que era acusado de espancar a filha e, na legenda dizia, “vamos deixar esse casal famoso”.



Nos grupos, havia inúmeras fotografias, no entanto, elas correspondiam a perfis específicos. As fotografias eram de “bandidos” que foram mortos, de pessoas que eram criminosas e estavam foragidas e de pessoas que eram suspeitas. A fotografia do rosto serve para estigmatizar determinados indivíduos (quase todos eram jovens negros) e os grupos de WhatsApp proporcionam uma velocidade nunca antes vista, fazendo com que se torne uma caça muito efetiva, porque espalham muitas informações.

Considerações Finais

Apesar do trabalho de campo não compartilhar o mesmo espaço geográfico com os interlocutores, os registros utilizados para análise só podem ser criados a partir de capturas do corpo, pois, quando fotos eram tiradas ou vídeos eram feitos, eles eram direcionados sempre ao corpo, não se capturava grito, choro, a dor, agressão ou morte, mas, corpos que gritam, que choram, que incorporam dor, sofrimento, agressão e a própria morte também é incorporada.

Além dos rostos expressarem sentimentos, dor, precariedade e demais processos que são incorporados ao processo de precarização da vida, os rostos também servem para uma identificação, estigmatização e procura do outro. Além de reflexões sobre o corpo do interlocutor e suas emoções, afirmo que a sociologia deve estender-se também ao corpo do pesquisador, para fazer uma reflexão do seu processo de contato com o campo, nesse caso, foi sobre corpo e emoção, mas, a dimensão pode ir além, desde que não as tome como dado principal e, sim, como material para uma reflexão sobre a pesquisa e as práticas sociais do campo e dos seus próprios valores.

A discussão teórica sobre violência permitiu uma reflexão sobre compreendê-la como categoria e não como um conceito, também possibilitou trabalhar com o tema consumo de violência de uma maneira mais reflexiva para



possibilitar um melhor trabalho com os dados. Também foi importante compreender a violência como uma representação, pois possibilita que a pesquisa não tenha aderência a modelos que justifiquem a mesma, podendo produzir ou normatizar as práticas sociais que são consideradas violentas.

Discutindo acerca das representações da mídia brasileira sobre violência, foi possível refletir em relação aos efeitos de estruturação da mídia em torno da percepção social dos indivíduos e, também, a sociedade brasileira possui um histórico de exposição de casos com espetacularização e exibição de maneira seriada de casos bastante violentos. Também, foi possível constatar que a exibição de violência aumenta o medo e ganha mais audiência. A partir do advento das redes sociais, a exibição da violência aumentou em frequência, quantidade e variedade, pois, vivemos em uma sociedade em que as pessoas estão sempre em contato com a notícia e com o outro através dos seus smartphones.

A partir das considerações teóricas e observações empíricas sobre consumo de violência, foi possível concluir que o eixo central da vida moderna que conhecemos é o consumo e, esse efeito estruturante e global influencia até no microcosmo de grupos de WhatsApp e diversos aspectos da vida social podem ser consumidos, até a destruição do ser. O sofrimento social tornou-se uma mercadoria e sua disseminação implica em discursos intervencionistas, de banalização e de estigmatização. Todos esses três tipos de discursos afetam a subjetividade dos indivíduos e implicam em uma desumanização do “bandido”, que está ligada aos processos identitários. Tais discursos produzidos dentro desses espaços de sociabilidade são um meio de produzir hierarquização pela alteridade criada na relação nós e eles, tratam os “bandidos” como essencialmente ruins para buscar uma afirmação de si.

Os discursos intervencionistas se caracterizam por ações da população, cobranças e apoio ao uso de força excessiva de policiais, como no caso dos linchamentos e da valorização de agressão a “bandidos”. Para esse discurso,



necessita-se de uma violência maior para gerar desfiguração do corpo e morte, para, assim, conter as práticas violentas dentro da sociedade, pois, para os produtores desse discurso, algumas vidas são mais legítimas que outras, e, existem corpos que precisam ser descartados.

Os discursos de banalização foram vistos como a violência possui um tom de humor ou como ela é tratada sem um luto dos consumidores e da sociedade. O consumo em excesso de violência - como foi visto no campo - e quando ela não é exibida com um teor ético e preocupado em criar uma ambientação para o processo de luto, transforma a violência em algo banal, corriqueiro que faz parte da rotina, claro que essa é a violência incorporada a vidas inomináveis, corpos que são jogados à morte e que ninguém se preocupa em exibir a vida do indivíduo, que está além da prática violenta, transformando o consumo da imagem em um fetichismo.

Os discursos de estigmatização são direcionados a quais indivíduos devem morrer ou serem violentados. Além de produzirem uma lógica de que todo indivíduo que corresponde a um corpo periférico (magro, masculino, negro e com roupas surradas) e, aparece uma pessoa praticando ou sofrendo violência é “bandido”, e por ser “bandido” deve ser exterminado ou torturado. Um aspecto relevante que se pode observar é que a estigmatização de “bandido” não era ligada só às práticas violentas, ela também possuía um perfil socioeconômico que geralmente era ligada ao homem negro e periférico.



Referências

BAUMAN, Z. **Vida Para Consumo: A transformação das pessoas em Mercadoria**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e A Política das Ruas: Notas Para Uma Teoria Performativa De Assembleia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Vida Precária: Os Poderes do Luto e da Violência**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra; 2008.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. Ed. Bauru/SP, 2002.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.



ENNES, M. A.; MARCON, F. N. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, pp. 274-305. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v16n35/a10v16n35.pdf>. Acesso em: 10/12/2022.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 36. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KOURY, M. G. P. Fotografia e interdito. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 129-141, Feb. 2004. Available from. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100008>. Acesso em: 10/08/2021.

LE BRETON, D. **Rostos**: ensaio fotográfico. Petrópolis: Vozes, 2019.

MARTINS, J. de S. **Linchamentos**: A Justiça Popular no Brasil. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MARTINS, J. de S. Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora. **Tempo Social**: Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8 (2): pp.11-26, outubro de 1996.

MARTINS, J. de S. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.



MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, pp. 15-38, 2010. Available from. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>. Acesso em: 15/07/2021.

PONTES, N. L. Os motivos de tais fotografias: os usos sociais da fotografia para uma leitura sociológica do mal. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, v. 1, n. 40, 12 ago. 2014.

PORTO, M. S. G. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 152-171, Dec. 2002. Available from. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222002000200007>. Acesso em: 20/08/2021.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. [S. l.]: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, S. **Sobre a Fotografia**. 1. ed. [S. l.]: Companhia das Letras, 2000.

ZANINI, D. Etnografia em Mídias Sociais. *In*: SILVA, T.; STABILE, M. **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**. 1. ed. São Paulo: UVA, 2016.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. *In*: SILVA, T. S. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.